



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

**“O MACHADO ESQUECE, A ÁRVORE RECORDA”<sup>1</sup>:**

**REFLEXÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL**

**ALINE VARGAS ESCOBAR<sup>2</sup>**

**ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY<sup>3</sup>**

**RESUMO:**

O texto é um ensaio teórico e objetiva questionar a relação entre racismo ambiental e a catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024. Aborda a importância da luta antirracista e a defesa da justiça ambiental, enquanto um direito humano. Por fim, reitera-se a apropriação do conceito de racismo ambiental para desenhar estratégias coletivas de enfrentamento à injustiça socioambiental.

**Palavras chave:** Justiça socioambiental; Racismo ambiental; Serviço Social, Catástrofe climática, Direitos Humanos.

**RESUMEN:**

El texto es un ensayo teórico y objetiva cuestionar la relación entre racismo ambiental y la catástrofe climática ocurrida en el Rio Grande do Sul en 2024. Aborda la importancia de la lucha antirracista y la defensa de la justicia ambiental, encuancto um derecho humano. Por fin, reitera-se la apropiación del concepto racismo ambiental para desenhar estrategias colectivas de enfrentamento a la injusticia ambiental.

**Palabras claves:** Justicia socioambiental; Racismo ambiental; Servicio Social, Catástrofe climática, Derechos Humanos.

---

<sup>1</sup> Provérbio africano.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## INTRODUÇÃO

Será que a semente negra  
que transplantaram praqui  
se enraizou pelos dedos  
e lá por dentro de si?  
*Oliveira Silveira<sup>4</sup>*

É de costume da comunidade negra ao fazer uma fala reverenciar a ancestralidade africana que tanto resistiu às mazelas do colonialismo, bem como é um rito reverenciar as pessoas negras do tempo presente e as do tempo futuro. Desse modo, saudamos a trajetória e o legado deixado por Mãe Bernadete, mulher negra, liderança do quilombo Pitanga dos Palmares (BA) e yalorixá que lutou incessantemente pelos direitos da população quilombola na Bahia.

No mês de agosto de 2024 completa-se um ano que Mãe Bernadete foi assassinada, em decorrência de ameaças de morte que sofria e dos interesses de empresários que aspiravam usurpar as terras que ela residia para extração de petróleo. É com firmeza que a população quilombola resiste para seguir o plantio de frutas, verduras e alimentos, elementos importantes que também compõem o patrimônio histórico cultural do Brasil. Diante disso, se faz pertinente pensar sobre como a apropriação capitalista da terra, da água e de diversos elementos da natureza afetam a população negra.

Ainda não é tradicional estudar desastres ou justiça ambiental nos cursos de Serviço Social, assim como em outras áreas. Entretanto, a realidade de um desastre ainda em curso no Rio Grande do Sul convoca a categoria profissional a se debruçar cada vez mais sobre esses temas. Também é preciso evidenciar que a produção na área sobre tais temas não é inexistente. Nesse sentido, buscou-se na fundamentação teórica citar referências que vem e tem produzido há anos sobre o tema.

---

<sup>4</sup> Poeta afro-gaúcho, militante do grupo Palmares de Porto Alegre/RS, foi um dos idealizadores do Dia Nacional da Consciência Negra. Nasceu em 1941 e faleceu no dia 01 de janeiro de 2009, no Dia Mundial da Paz.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O texto é um ensaio teórico embrionário, e se refere às discussões que ainda estão em percurso de amadurecimento a ser percorrido dentro do arcabouço teórico do Serviço Social, e que se propõe a questionar: Qual é a relação entre racismo ambiental e as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul/RS em maio de 2024?. De acordo com o Decreto nº 57.614 emitido em maio de 2024 pelo governo do estado do RS, do total de 497 municípios, 366 foram afetados. Deste quantitativo 46 estão em estado de calamidade pública e 320 em situação de emergência<sup>5</sup>. A relevância deste trabalho justifica-se pela imensa magnitude que as enchentes afetaram quase a totalidade dos municípios rio-grandenses, sendo esta a maior enchente registrada na história do estado do RS que superou as marcas da enchente de 1940. A recuperação material e subjetiva após a fase aguda do desastre levará anos para acontecer, principalmente para as populações racializadas. Em vista disto, não se pode deixar cair no esquecimento. Sendo assim, percebeu-se a necessidade de evidenciar nessa escrita acadêmica a questão étnico-racial e a questão socioambiental<sup>6</sup>.

Uma escrita pelas autoras vivenciada geograficamente pela catástrofe no contexto urbano da capital gaúcha de Porto Alegre/RS, mesmo não sendo gravemente afetadas pelas inundações, foi inevitável se envolver em frentes de apoio ou ter pessoas com vínculo mais próximo que foram atingidas gravemente. Catástrofe significa desabamento, desastre; utilizada como referência aos grandes episódios violentos que se abateram sobre grupos ou populações inteiras (SEVERO, 2024). A dinâmica da vida cotidiana mudou radicalmente. A velocidade com que a água subiu pegou as pessoas desprevenidas. Muitos foram para cima dos telhados para não se afogarem. Algumas barragens romperam, outras ficaram em risco e cidades podem sumir do mapa. Até cumprimentar outras pessoas, mudou. Ao perguntar: “Tudo bem?”. O comum é responder: “Tudo bem!” Neste cenário tornou-se recorrente dizer: “Estou segura”. Afinal, para muitas pessoas as prioridades básicas foram conseguir sair de casa carregando o que era possível nas próprias mãos.

As atividades acadêmicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul também sofreram alterações, foram suspensas de maio a junho de 2024, e retornaram em julho, no qual

---

<sup>5</sup> O Decreto tem vigência de 180 dias, cerca de 6 meses, ou seja, até o momento da realização deste trabalho ainda está vigente.

<sup>6</sup> Em uma pesquisa bibliográfica sobre o debate da questão socioambiental na área de Serviço Social, constatou-se que de 2011 a 2021, das 140 produções científicas sobre a questão socioambiental, somente duas tratavam sobre a categoria racismo ambiental (PIRES; SARRIERA; FERNANDES, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

possibilitou os encontros entre mestranda e orientadora, instigando a construção deste trabalho. O texto está organizado em quatro partes: 1. Introdução, 2. Arando o terreno: Breve resgate e contextualização histórica do desastre ambiental, 3. Para amadurecer direto do pé: considerações do conjunto CFESS-CRESS sobre justiça ambiental 4. Racismo ambiental e resistência: somos folhas de árvores de raízes fortes!, e as Considerações finais.

## **2. ARANDO O TERRENO: BREVE RESGATE E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Desde a invasão portuguesa no século XV os povos originários expressam que a relação da sociedade com a natureza não deve impor uma hierarquia acima da natureza. Um território é caracterizado como território indígena devido a presença de povos indígenas. Não é só uma localização geográfica mas todo um conjunto complexo de relações, valores e ensinamentos transgeracionais (Domingos e Fernandes, 2022).

A mercantilização da vida e da natureza historicamente ocasiona em tentativas constantes do Estado de desterritorializar os povos indígenas de suas terras para beneficiar o capitalismo. Seja na forma de barreiras institucionais como o marco temporal<sup>7</sup>, seja nos índices alarmantes de genocídio desta população. Um olhar racializado é fundamental para refletir sobre as relações sociais e ambientais.

No âmbito local de Porto Alegre e regional do Rio Grande do Sul, enfrentam-se uma série de desafios devido ao alinhamento neoliberal do governo municipal e estadual. Há quase dez anos partidos de direita tem conduzido as decisões do executivo e do legislativo. Os governantes estimularam a desvalorização do serviço público através de medidas como a privatização da água e energia elétrica, ao desvalidar o patrimônio público, a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Neste ensejo, a necessidade de reforma e manutenção da infraestrutura necessária para contenção de inundações, ou seja, um sistema anti enchentes foi descartada. Deveria haver a implantação de um planejamento urbano adequado às necessidades da população e adaptado às mudanças do ecossistema. Também houve nos últimos anos um forte enfraquecimento das legislações ambientais e terceirização de serviços essenciais.

---

<sup>7</sup> “O marco temporal é uma tese anti civilizatória de país, é premiar ladrões de terras indígenas e uma derrota para toda a humanidade.”, fala dita por Célia Xakriabá (PSOL-MG)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Por outro lado, no ano de 2023 movimentos de resistência durante o mês de setembro, do Conselho Regional de Serviço Social do RS 10ª região, onde publicou uma nota de apoio<sup>8</sup> à população atingida pelas enchentes daquela época. A região do Vale do Taquari, localizada na região central do estado, foi a mais devastada. Em 8 de setembro de 2023 foram confirmadas 41 mortes pela Defesa Civil Estadual. Sem dúvidas, já se tinha um sinal de alerta para futuras enchentes.

E no final de abril de 2024 a Defesa Civil do RS emitiu os primeiros alertas vermelhos. Em maio as chuvas ficaram mais intensas, e a situação e os prejuízos foram se escalando. Chamou-nos atenção a interpretação das notícias de que o ocorrido foi um fenômeno meramente natural: a culpa é meteorológica, inclusive atribuindo um caráter negativo à natureza, como se a natureza fosse inimiga, vilã e perigosa. A explicação para este fenômeno está ancorada ao desequilíbrio de massas de ar quente. Um canal de umidade estacionou sob o estado do RS e elevou o volume das chuvas a níveis históricos. O Rio Guaíba inundou o centro urbano e as periferias de Porto Alegre após exceder o nível de inundação. Contudo, isto poderia ter sido evitado se houvesse plano de contingência apropriado. A situação prejudicou por dias o abastecimento de água e o fornecimento de luz elétrica.

Cenário que registrou cerca de 40 dias de chuvas constantes que se alastraram por cidades, sem orientação dos gestores públicos de como proteger as residências e a própria vida. Pessoas em toda a sua diversidade, mães, crianças, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, foram forçados a se deslocar e buscar abrigos para sobrevivência humana. As Escolas da rede pública de ensino, universidades, associações, igrejas, sedes de coletivos populares, entre outros espaços, tornaram-se abrigos para acolher as pessoas atingidas pelas enchentes<sup>9</sup>. Até agosto o valor de R\$150.008.899,84 reais foi recebido do governo estadual e federal para recuperação das escolas (COAN; LUNGHI, 2024). Milhares de animais de estimação e silvestres foram resgatados. Inúmeros voluntários se colocaram à disposição nas cozinhas solidárias, em prol da garantia do direito humano à alimentação. Além disso, buscaram todo o tipo de doação para reconstituição da vida material das pessoas abrigadas.

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://www.cressrs.org.br/noticia/cressrs-se-solidariza-com-as-pessoas-atingidas-pelas-enchentes>

<sup>9</sup> No dia 26 de Abril completou um mês do incêndio na Pousada Garoa em Porto Alegre/RS. O espaço é gerido pela Prefeitura Municipal, voltado para pessoas em situação de rua. Devido a más condições estruturais houve um incêndio e dez pessoas faleceram. Os sobreviventes que enfrentaram o fogo, durante as enchentes tiveram que enfrentar a água.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Somente em Porto Alegre foram mais de 10.000 pessoas atendidas em mais de 100 abrigos<sup>10</sup>. Foi a maior mobilização para pessoas desabrigadas na história da capital do estado. Nestes locais as expressões da questão social como a violência teve visibilidade, e conforme a notificação dos casos acontecidos foram criados abrigos somente para mulheres e crianças. Também foi aberto um abrigo exclusivamente para gestantes e puérperas.

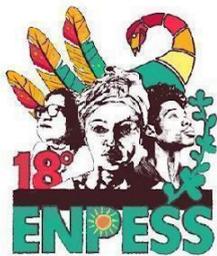
A mobilização popular criada através dos abrigos em apoio a população atingida teve uma contribuição extremamente relevante e honorífica. Pessoas do Brasil inteiro fizeram doações via agência dos Correios ou por conta própria. Toneladas de itens como roupas, alimentos, brinquedos, materiais e equipamentos de limpeza chegaram até o RS. Influenciadores digitais como Lucas Silveira, Felipe Neto e Luísa Sonza arrecadaram milhões em recursos financeiros e litros de água potável. É comum nestas situações de precarização e fragilidade das necessidades básicas, o encaminhamento de altos recursos materiais e orçamentários. Entretanto, a maioria das pessoas que foram voluntárias encerraram as atividades e retornaram para as suas casas, suas rotinas profissionais e pessoais. As e os trabalhadores da rede socioassistencial de serviços permanecem desde início, meio e continuidade dos atendimentos em situações de calamidade.

Neste cenário complexo, trabalhadores foram atingidos pelas enchentes e compartilharam das mesmas angústias e incertezas da população usuária que prestaram atendimento. Serviços como CRAS, unidades de saúde, hospitais foram alagados e de maneira emergencial foram realocados para espaços temporários. A contratação pelo estado do RS via concurso público é de suma importância, tendo em vista que a viabilização de editais que contemplam a contratação temporária ou parcerias com entidades de terceiro setor não suprem o trabalho profissional e qualificado de diferentes áreas. Existe concurso público vigente em Porto Alegre para contratação de Assistentes Sociais, Psicólogos, agentes comunitários de saúde, agentes de combate à endemia, enfermeiros e técnicos de enfermagem, totalizando um contingente de 1.000 profissionais<sup>11</sup> que ainda não foram convocados pela Prefeitura.

---

<sup>10</sup> Dados extraídos do site da Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/numero-de-acolhidos-em-abrigos-reduz-para-98-mil>. Acesso em: 19 ago. 2024.

<sup>11</sup> Dado extraído do site do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa). Disponível em: <https://simpa.org.br/simpa-protocola-pedido-de-nomeacao-de-concursados-ao-ministerio-publico/>. Acesso em: 20 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Algumas semelhanças com a pandemia Covid 19 foram apontadas. Pois no âmbito psicossocial, a ansiedade, pânico e desespero exacerbaram-se. A preocupação com amigos, familiares, colegas de trabalho e sociedade em geral tomou conta dos dias e mudou toda a dinâmica da vida cotidiana. Era um cenário de Guerra! Determinadas áreas, o barulho de helicópteros sobrevoando dia e noite e nas madrugadas. A chuva incessante! As imagens capturadas pela mídia mostraram cidades submersas e vasta destruição. O barulho da chuva, especialmente para quem foi atingido, tornou-se estarrecedor.

A rodoviária de Porto Alegre foi totalmente alagada, assim como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - Trensurb. Ao todo, 7 milhões de litros de água foram drenados da estação de trem. Constatou-se em junho que 64 trechos em 33 rodovias ficaram com bloqueios totais e parciais, entre estradas e pontes que foram destruídas durante as enchentes (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Daer). Atualmente, no mês de Agosto, o aeroporto, a rodoviária e Trensurb retomaram parcialmente o seu funcionamento.

### **3. PARA AMADURECER DIRETO DO PÉ: CONSIDERAÇÕES DO CONJUNTO CFESS-CRESS SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL**

O Código de Ética do/a Assistente Social prevê no Art. 3º, alínea d, que é dever do/a assistente social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 2012, p. 18). Este pode ser considerado um ponto de partida para melhores elucidacões.

Em relação às publicacões sobre este tema, dois informativos CFESS Manifesta abordaram a questão ambiental. O primeiro em janeiro de 2024 sobre o marco dos 5 anos do desastre criminoso em Brumadinho (MG), cuja forma de acontecer foi o deslizamento de barragem que ocorreu em solo mineiro, conteúdo faz parte do conjunto de desastres a extraçã de minério e acidentes radioativos. Os grupos racializados são sistematicamente mais atingidos em detrimento de vulnerabilidades anteriores acumuladas em relaçaõ à classe, gênero, sexualidade, entre outros.

O segundo informativo lançado em Junho de 2024 alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente<sup>12</sup>, enfatizou a contradição entre capital, natureza e trabalho, contribuindo para que nos déssemos conta que é em virtude da apropriação capitalista dos solos naturais que chegam até os serviços de ponta, as demandas da fome e da seca, na impossibilidade de colher da terra depredada pela ação humana. Apesar de tudo, felizmente, as comunidades tradicionais revigoram a esperança com práticas de renovação da natureza.

Silva (2022) analisou a presença da questão socioambiental na formação acadêmico profissional do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP. A autora escreveu a tese de doutorado justamente durante a devastação da pandemia Covid 19, que foi outro contexto de calamidade pública. Inferiu que o estudo da perspectiva socioambiental na área denota os constantes esforços de atualização da profissão. Logo, a questão social está diretamente ligada à questão ambiental.

O 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília/DF no mês de setembro de 2024, sendo este o fórum máximo da categoria, enfatizou a questão ambiental, em três eixos: Ética e Direitos Humanos, Orientação e Fiscalização e de Seguridade Social. O Relatório final foi socializado amplamente no site oficial do CFESS<sup>13</sup> e para esta comunicação buscou-se fazer um breve levantamento neste documento do Encontro, com o objetivo de identificar as deliberações realizadas no fórum máximo da categoria, conforme exposto nos quadros a seguir:

### Quadro 1 - Eixo Ética e Direitos Humanos

Eixo Ética e Direitos Humanos		
TEMA	DELIBERAÇÕES	ANO/RESPONSÁVEL
13. Justiça Ambiental	13.1. Avançar nas formulações e incidências sobre a questão	2024 CFESS-CRESS

<sup>12</sup> Percebe-se que o artigo não contém escrito “meio ambiente” por considerar a totalidade da biodiversidade e do ecossistema que se está defendendo.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal-50nacional.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

	ambiental como direito humano reconhecendo as emergências climáticas e suas consequências para a classe trabalhadora racializada.	
--	---	--

Fonte: Relatório final do 50º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS.

### Quadro 2 - Eixo Orientação e Fiscalização

Eixo Orientação e Fiscalização		
TEMA	DELIBERAÇÕES	ANO/RESPONSÁVEL
16. Serviço Social e Questão Ambiental	16.1. Aprofundar o debate sobre o exercício profissional do serviço social na questão ambiental.	2023/2026 CFESS-CRESS

Fonte: Relatório final do 50º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS.

### Quadro 3 - Eixo Seguridade Social

Eixo Seguridade Social		
TEMA	DELIBERAÇÕES	ANO/RESPONSÁVEL
12. Questão Urbana, Habitação, Direito à Cidade e Justiça Ambiental	12.2. Fortalecer as lutas pelo Direito à Cidade, entendido como um direito amplo envolvendo cidade, campo e floresta, com vistas a defender a justiça ambiental, acessibilidade urbana e enfrentar as situações de desastres e crimes ambientais e calamidades, racismo	2023/2026 CFESS-CRESS



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

	<p>ambiental, articulando com outras políticas de seguridade social em diálogo com os movimentos sociais, comunitários e territoriais (na defesa do direito à cidade para as mulheres, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoa idosa).</p> <p>12.3. Defender a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a defesa da biodiversidade cultivada pelos povos Indígenas e comunidades tradicionais na perspectiva da justiça ambiental.</p>	
--	---	--

Fonte: Relatório final do 50º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS.

Contudo, no decorrer das décadas o Serviço Social construiu coletivamente ações nas suas Entidades Representativas Profissionais e vem avançando no aprimoramento intelectual para a categoria profissional. Percebe-se que existe nas deliberações expostas uma agenda política a ser implantada pelos Conselhos Regionais e o CFESS, sendo assim estabelecida previsão de tempo e responsáveis. Trata-se de uma agenda política do conjunto CFESS-CRESS que reverbera na vida da categoria profissional, população usuária dos serviços e sociedade civil.

Ainda sobre o que é concretizado pelo conjunto, o Conselho Regional de Serviço Social da 10ª região promoveu o I Ciclo de debates sobre Serviço Social e desastres, via transmissão no *YouTube*, totalizando quatro *lives* com exposições de assistentes sociais especializados em desastres e sustentabilidade. As *lives* nos meses de Junho e Julho tiveram como tema: instrumentalidade, saúde mental, estratégias e possibilidades no exercício profissional. Totalizando 3.690 visualizações no canal do respectivo Conselho Regional.

Outras ações importantes foram as reuniões de Nuress e dos grupos de trabalho de Assistência Social, Serviço Social na Saúde e de Direito à cidade e meio urbano que acolheram as/os profissionais, desde seus relatos pessoais à formação sobre questão socioambiental e uma roda de conversa com agentes fiscais do CRESS RS, com o objetivo de escutar e orientar as/os profissionais. Estes encontros estão em coerência com as deliberações previstas para o triênio 2023/2026. É comum discutir sobre justiça ambiental ou desastres somente quando acontece, a agenda em questão propõe a permanência do debate para aperfeiçoamento profissional e contribuições para a sociedade.

#### **4. RACISMO AMBIENTAL E RESISTÊNCIA: SOMOS FOLHAS DE ÁRVORES DE RAÍZES FORTES!**

Segundo Passos (2024) na reportagem “A urgência de uma agenda socioambiental antimanicomial”, a lógica manicomial não está somente na superficialidade das grades que aprisionam ou hierarquizam o saber biomédico. A lógica manicomial está presente na negação do sofrimento das pessoas atingidas por desastres. Populações de bairros periféricos ou de zonas de risco, comumente vivenciaram alagamentos desde a infância. É exaustivo lidar com a incompreensão de que quem vive em zona de risco não tem opção financeira para escolher onde morar.

Desse modo, discorrer sobre racismo ambiental sem considerar a interseccionalidade entre as categorias de raça, classe e gênero é indispensável. Crenshaw (2002) explanou sobre a complexidade dos caminhos sedimentados pelas opressões. A autora utiliza da interseccionalidade enquanto uma ferramenta metodológica. As diferentes formas de discriminação racial, econômica e de gênero cruzam entre si e colidem nas populações veemente pauperizadas. No contexto das enchentes as discriminações transbordaram onde se concentra maior quantidade populacional de pessoas negras.

Em manchete do Observatório das Metrópoles de Porto Alegre<sup>14</sup>, vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, constatou que os bairros mais afetados pelas enchentes têm maior concentração de pessoas de baixa renda e de população negra. Estes bairros estão localizados em cidades que aumentaram nos últimos anos o percentual de população negra. Porto

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://shre.ink/DURo>. Acesso em: 16 de ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Alegre (de 20,2% em 2010 para 26,0% em 2022), Canoas (14,3% para 21,2%), São Leopoldo (13,7% para 21,2%) e Eldorado do Sul (18,0% para 25,4%). A segregação urbana e territorial é uma das expressões de racismo mais presentes na sociedade.

Para Rocha (CFESS, 2016) o racismo está presente tanto nas relações sociais quanto no funcionamento das instituições públicas. O racismo é a lógica presente no imaginário social que reduz a subjetividade de pessoas indígenas e negras à inferioridade. Esta hierarquia socialmente desigual acaba por delegar a essas pessoas condições indignas de vida. Tais condições como morar em áreas com risco de deslizamento de morro, poluição hídrica<sup>15</sup>, entre outros. Desta forma, assistentes sociais têm a responsabilidade ético-político de racializar a questão socioambiental no cotidiano profissional.

Principalmente para as pessoas atingidas, não há prazo de validade de quando será possível se recuperar do trauma que é visualizar a altura da água ultrapassar a altura do teto da própria casa. A luta de uma vida inteira para adquirir móveis teve que ser reiniciada. Memórias afetivas gravadas em fotografias foram deterioradas. Os bairros em que se compartilham vínculos comunitários ficaram descaracterizados, pela sujeira de lama e entulho acumulado. A mobilização de coletivos de movimentos sociais foi fundamental para vislumbrar dias melhores no horizonte, ao mesmo tempo em que se enfrentava o luto pelos símbolos materiais e sociais que constituíam lares e núcleos familiares.

A cidade de Brasília/DF em 2015 foi palco da Marcha de Mulheres Negras, reconhecida como a maior mobilização de mulheres negras na contemporaneidade. Reuniram-se mais de 50 mil mulheres negras e ativistas neste grande evento. A marcha reivindica o bem viver que é tanto um conceito quanto uma prática. Segundo Santos (2022) é a proposta de uma agenda política contra qualquer forma de opressão e ação do neoliberalismo. Bem viver é colocar em prática novos valores civilizatórios, em prol da construção coletiva do povo latinoamericano.

Na carta sistematizada pela organização da marcha (2015), há um cuidado com o bem viver do tempo presente e do tempo futuro para as próximas gerações. Demandas básicas como acesso a água potável e saneamento básico<sup>16</sup> ainda são urgentes. Sugere-se ainda, a reparação

<sup>15</sup> Significa poluição da água, mares, rios, lagos, encostas, córregos.

<sup>16</sup> Há autores que preferem usar o termo “saneamento ambiental”, para afirmar que a concretude das políticas ambientais estão além do básico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

para mulheres negras afetadas por desastres. Um dos primeiros passos cruciais da reparação é escutar as pessoas atingidas e genuinamente acolher os relatos. Somente quem foi afetado sabe o que é a morte social de não reconhecer mais o território que reside. Contudo, as/os usuáries podem reconhecer no olhar e postura ética das/os assistentes sociais, a demonstração de empatia.

A formação em Serviço Social possibilita a intervenção profissional em variadas políticas públicas. No que concerne à questão socioambiental, existe a tarefa de reconhecer como está vinculada a totalidade e não de maneira isolada (NUNES; SARMENTO, 2018). Trata-se de um campo para se adensar a implicação, e nesse sentido, o corpo docente dos cursos de Serviço Social desempenham um papel chave no direcionamento crítico e orgânico em todas as disciplinas do currículo.

Tal como se investe esforços para dialogar sobre saúde, previdência social, assistência social, que juntas compõem a tríade da seguridade social, a justiça ambiental deve ser incorporada nos debates. Como exposto anteriormente, as consequências a curto, médio e longo prazo afetam mais sistematicamente a saúde mental de pessoas negras. Necessário enxergar além do aparente, por exemplo, quando estas pessoas buscam os programas habitacionais para acessar o direito humano à moradia. Antes de chegar até o serviço existe um contexto sócio histórico de vida.

Por vezes é preciso se afastar da floresta para enxergar melhor as árvores. Importante se afastar e recusar a difusão dos estigmas que violentam as pessoas que residem nas periferias e favelas. Uma pessoa negra tem maior probabilidade em comparação a pessoas brancas de ser discriminada por viver em um bairro periférico durante uma entrevista de emprego. Este é um caso de racismo ambiental. O termo foi criado em 1981 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., estadunidense e ativista pelos direitos civis. Na cartilha “Racismo institucional e racismo ambiental no Brasil”<sup>17</sup> consta a definição:

Racismo ambiental é a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, aplicação de regulamentos e leis, direcionamento deliberado de comunidades negras para instalações de resíduos tóxicos, sanção oficial da presença de venenos e poluentes com risco de vida às

---

<sup>17</sup> Disponível em:

[https://www.uff.br/sites/default/files/informes/racismo\\_institucional\\_e\\_racismo\\_ambiental\\_no\\_brasil\\_2.pdf](https://www.uff.br/sites/default/files/informes/racismo_institucional_e_racismo_ambiental_no_brasil_2.pdf).

Acesso em: 16 de ago. 2024.

comunidades e exclusão de pessoas negras da liderança dos movimentos ecológicos (BARRETO; SANTOS, p.23, 2024)

A delimitação deste conceito indica que desastres ambientais não acontecem por acaso e tem um perfil traçado de pessoas que sofrem mais nestes contextos. Pessoas negras e pobres que já são atormentadas pela insegurança alimentar, passam a ser vítimas da injustiça ambiental. Também não é apropriado chamar de “desastre natural”. A enchente no Rio Grande do Sul em maio de 2024 foi um desastre socioambiental, cujos impactos poderiam ter sido minimizados se a administração pública não estivesse de mãos dadas com o negacionismo climático e com o racismo.

O interior da classe trabalhadora tem diferenças étnico-raciais e é precisamente do endógeno para o exógeno que se deve problematizar o quanto o capital ataca locais historicamente racializados (SANTOS; SILVA; SILVA, 2022). Os povos de religião de matriz africana foram um dos mais atingidos, tendo em vista que o RS é o estado com maior quantidade de casas terreiros no país. Estima-se que existam 60.000 terreiros no RS e que pelo menos 300 foram afetados (ORTEGA, 2024).

Em contrapartida, a maior e primeira bancada negra na história de Porto Alegre desempenhou um trabalho chave durante o desastre ambiental das enchentes no RS. Formada por Daiana Santos (PCdoB), Laura Sitó (PT), Matheus Gomes (PSOL), Bruna Rodrigues (PCdoB) e Karen Santos (PSOL), utilizaram das redes sociais para socializar informações assertivas e mobilizaram todo tipo de doações. Os parlamentares de fato estiveram com a sociedade civil e voluntários nas cozinhas solidárias, separação de roupas doadas e mutirões de limpeza<sup>18</sup>.

Ademais, a luta continua. Recomenda-se acompanhar audiências públicas sobre o planejamento urbano em câmaras municipais ou na assembleia legislativa. Sugere-se ampliar o olhar geográfico e não reproduzir a falsa ideia de que somente o povo gaúcho foi acometido pelas enchentes. Afinal, vivem no RS imigrantes e refugiados de países africanos e latinoamericanos. Sobretudo, sugere-se defender a democracia durante o pleito eleitoral de 2024, como também, instigar o conhecimento de propostas nos planos de governo que dizem respeito à promoção da cidadania sustentável.

---

<sup>18</sup> Além disso, impulsionaram a decisão do adiamento da prova do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, apelidado de “ENEM dos concursos”. Primeiramente estava prevista para ser aplicada em maio, no entanto o Ministério Público foi acionado e a realização da prova transferida para Agosto. Manter a data seria insensível e um risco para a segurança das pessoas no deslocamento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Importante ressaltar que o trabalho profissional do assistente social não pode ser confundido com missão divina ou atos de heroísmo. Tão pouco com a “síndrome da Princesa Isabel”, percebida nas situações em que pessoas brancas querem ser vistas e glorificadas como salvadoras de pessoas negras. As bandeiras de luta da profissão tem conotação histórica e política, assim onde quer que estejam as/os profissionais, são representantes de um projeto ético-político, comprometido com a luta antirracista, anticlassista, antimanicomial, antissexista, no enfrentamento de qualquer forma de opressão.

O *brainstorming* para a elaboração desta comunicação perpassou pelo reconhecimento, também, de outras questões importantes, que não foi possível dar conta por não ser o foco deste trabalho, como: o trabalho da/o assistente social na Defesa Civil; a expansão destrutiva do agronegócio; o reconhecimento da proteção social para populações quilombolas, ribeirinhas e camponesas; o debate internacional sobre a transição energética que envolve a disputa entre países que almejam estar no topo do *ranking* das potências econômicas. Porém, estas discussões podem ser aprofundadas em outros momentos, espaços e publicações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma frase expressa pelos profissionais de Serviço Social também nos mobilizou e inspirou-nos à escrita deste ensaio, ao relatarmos que não sabiam como agir no momento do desastre ambiental em maio, no RS. Assim pretendeu-se neste texto abranger um conjunto de reflexões preliminares que podem e devem ser aprofundadas pelas/os assistentes sociais com a finalidade de contribuir na direção sociopolítica do trabalho profissional. Reflexões que são oriundas do cotidiano acadêmico, de uma universidade pública, espaço por excelência de trocas de saberes e injeções de ânimo, bem como espera-se que as palavras aqui imprimidas fortaleçam o exercício profissional.

Ao final desta escrita fica a impressão de que a questão ambiental é um tema que ainda não há tanta identificação, seja para pesquisar, ou para manter uma comoção a longo prazo, debatido apenas no momento de socorro e de atenção às demandas fisiológicas. É preciso atenção para a subjetividade humana, considerando o trauma coletivo causado pelos desastres ambientais, como para os profissionais, docentes, estudantes, e as entidades representativas da profissão, a necessidade de estudo sobre o racismo ambiental, sua concepção e as estratégias de enfrentamento à injustiça socioambiental.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Destaca-se a iniciativa do pré Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social da Região VI, realizado em julho de 2024, no formato *online*, no qual contou com a participação de uma das autoras. O tema abordado foi “Crise climática e desastre ambiental no Rio Grande do Sul: capitalismo e descaso”. O espaço foi oportuno para dialogar com os estudantes dos estados da Região Sul, e para problematizar criticamente o desastre das enchentes e prospectar possibilidades de um futuro com proteção social. No decurso da roda de conversa, uma das participantes que reside no RS e que foi atingida, perguntou o seguinte: “Como fazer uso da raiva nessas situações?”. De prontidão, foi recomendado a busca de redes de apoio mútuo e somar com os coletivos de movimentos sociais; somar em atividades de organização das lutas coletivas, especialmente as presenciais, se possível; somar nas ruas para gritar que as calamidades não são “fenômenos naturais”, e tomar cuidado com a veracidade dos conteúdos acessados nas redes sociais. Lamentavelmente, existem pessoas que utilizam imagens e vídeos para gerar pânico, desinformação e exposição de pessoas pobres em situação de vulnerabilidade.

Concluindo, manifestamos nossa solidariedade e o compromisso ético político com todas as pessoas atingidas pelas enchentes no RS! Também reafirmamos a urgência de equidade para a população indígena e negra, levando em consideração que a defesa de um ecossistema saudável é um direito humano. Portanto, uma sociabilidade mais sustentável é benéfica para todos/as brasileiros e de outros países do planeta. Seguimos em luta, por memória, justiça socioambiental e reparação!

## Referências

COAN, Beatriz; LUNGHI, Sofia. “Não vai ser do mesmo jeito”: RS recebeu R\$150 milhões para recuperação de escolas atingidas pela enchente; 25% dos valores prometidos. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2024/08/nao-vai-ser-do-mesmo-jeito-rs-recebeu-r-150-milhoes-para-recuperacao-de-escolas-atingidas-pela-enchente-25-dos-valores-prometidos-clzk8koe0007g010oduzrkc26.html>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 88862/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 12 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. A questão ambiental é uma questão humanitária e bandeira de luta do Serviço Social. CFESS Manifesta. Brasília: CFESS. 2024. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-DiaMundialMeioAmbiente-site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Situações de 'desastres' requerem assistentes sociais. E agora?. CFESS Manifesta. Brasília: CFESS. 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-DiaMundialMeioAmbiente-site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série Assistente Social no combate do preconceito: racismo. Caderno 3. Brasília, 2016. Disponível em: <https://cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DOMINGOS, Angelica; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Territórios e territorialidades: imbricações que dão novo sentido a (re) existência dos povos Kaingang**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2022.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2024). Decreto No 57.614, de 13 de maio de 2024. Disponível em: <<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=999537>>

NUNES, L. S; SARMENTO, H. B. M. **O Serviço Social e a questão socioambiental**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 2018, Vitória. Anais do XVI ENPESS. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22533>. Acesso em: 12 ago. 2024.

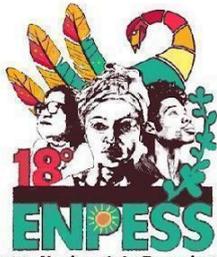
ORTEGA, Anna. Mães e Pais de Santo criam rede de solidariedade para apoiar comunidades de matriz africana afetadas no Sul. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/09/maes-e-pais-de-santo-criam-rede-de-solidariedade-para-apoiar-comunidades-de-matriz-africana-afetadas-no-sul>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. **A urgência de uma agenda socioambiental antimanicomial**. Le Monde Diplomatique. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agenda-socioambiental-antimanicolonial/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, Josiane Soares [et al.]. **Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital**. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 158-173, jan./jun. 2022.

SANTOS, Juliana Gonçalves dos. **O Bem Viver em narrativas de mulheres negras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.100.2022.tde-28032023-203632. Acesso em: 2024-08-16.

SEVERO, Ariane. **Casa e comunidade em situações extremas: subjetividades atingidas. Trauma coletivo e a catástrofe no Rio Grande do Sul. Texto didático. Aula proferida na**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Disciplina Corpo e Cultura. Residência Multiprofissional em Saúde. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. agosto, 20024

SILVA, Tatiane Pereira da. **A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 2022, Rio de Janeiro. Anais [...]. 2022. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa\\_0898\\_0002.pdf](https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0898_0002.pdf). Acesso em: 12 ago. 2024